

**MILTON SANTOS, DA PRISÃO AO EXÍLIO (1964): QUESTÕES DE PARTIDA.**

Bruno de Oliveira Moreira

Doutorando em História pela Universidade Federal da Bahia  
Professor do Instituto Federal da Bahia (Campus Santo Amaro)  
emaildebrunomoreira@gmail.com

Na presente pesquisa, a trajetória de um indivíduo num contexto específico emerge como objeto. Temos aqui dois recortes: o primeiro, de um sujeito histórico: o intelectual, negro, geógrafo, baiano, Milton Santos; e outro, de um período: o ano de 1964, com as profundas alterações na ordem política que o mesmo abrigou. Trata-se da análise das experiências de um homem diante de uma conjuntura específica de instalação de um Estado autoritário, o qual alcançou e impactou diretamente sua vida, sua carreira e seu destino.

Em 1964, quando foi detido por ordem do Comando da VI Região Militar (Bahia), Milton Santos era um jovem e promissor intelectual negro baiano. Exercia a função de jornalista do mais importante veículo de comunicação baiano à época, o *A Tarde*, era professor da Universidade Federal da Bahia, lotado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, além de presidente da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), órgão vinculado ao governo do Estado, tendo sido nomeado pelo governador Lomanto Júnior. Também participava de algumas associações de intelectuais baianos e já havia obtido seu doutorado em Geografia pela Universidade de Estrasburgo. Anos antes, após ter acompanhado o então candidato a presidência Jânio Quadros a uma viagem a Cuba, aproximou-se também do mundo da política institucional, exercendo inclusive o cargo de sub-chefe do Gabinete Civil da Presidência<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Para informações biográficas de Milton Santos, ver por exemplo SOUZA (1996) e CONCEIÇÃO (2015). Para uma análise da viagem a Cuba e dos escritos jornalísticos decorrentes dela, ver MOREIRA (2010). Ao longo das décadas finais do século XX, Milton Santos, após um percurso internacional por renomadas Universidades, tornou-se mundialmente conhecido por sua atuação no terreno da Geografia, tendo inclusive recebido em 1994 o prêmio *Vautrin Lud* (o Nobel da Geografia). Sua proposição de uma agenda teórica para a disciplina, diante do fenômeno da globalização e de um mundo “técnico-científico” que a mesma produziu, ganhou destaque e discípulos. O período que estudamos da sua vida, no entanto, refere-se a uma etapa anterior, antes da sua consagração internacional.

Neste presente expediente de problematizações de partida sobre o objeto, que recorta uma trajetória individual na análise, convém inicialmente refletir sobre esse interesse que a História tem reativado pelas experiências dos sujeitos, na medida em que as pesquisas têm se (re)aproximado do cotidiano, do “vivido”, e colocado as subjetividades e as experiências individuais como objetos possíveis de análise histórica e de compreensão da realidade. Assim, após um longo mergulho numa história das coletividades, dos grupos, das classes sociais, a disciplina tem se apropriado desde não tão recentemente de objetos recortados em escala mais reduzida, inclusive no âmbito das vivências mais particulares.

Ângela de Castro Gomes (2004) reflete sobre essas renovações que os estudos historiográficos tem assumido, numa tentativa de afastamento de generalizações e reflexões *a priori*, numa busca de se conferir atenção aos atores sociais e sua relação com o seu devir histórico (CASTRO GOMES, 2004). Em artigo de 2004, que se interessa de maneira central em apresentar um panorama das inovações procedimentais dos estudos históricos a partir das últimas décadas do século XX, as quais teriam transformado a interpretação sobre as relações de poder nos estudos sobre o trabalho no Brasil, a autora explana sobre estes novos objetos e perspectivas. Nestes, as metanarrativas são problematizadas e são criados espaços para pesquisas mais micro recortadas, mais próximas das experiências dos sujeitos. Tal aproximação, para ela, reflete que:

A proposta dos novos estudos foi afastar a possibilidade de generalizações e formalizações dos processos sociais, os quais seriam sempre históricos, isto é, datados e localizados no tempo e no espaço, não podendo ser compreendidos a não ser por "dentro", vale dizer, por meio das idéias e ações daqueles que estavam diretamente envolvidos, o que não permitiria esquemas ou verdades preestabelecidas (CASTRO GOMES, 2004, p. 160)

Também para REVEL (2010), esse ambiente de reflexões sobre o nível das individualidades, inclusive sobre o estatuto da biografia como instrumento rico de construção da história, inscreve-se nos debates epistemológicos constituídos no final do século XX, na busca de um rompimento com procedimentos explicativos generalizadores, e do qual a micro-história seria um de seus resultados.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Na apresentação de *Jogos de Escalas* (1998) Revel também relaciona essas crises epistemológicas a certas aproximações da História com a Antropologia. Assim, ele ressalta: “Que o julgamento a respeito seja positivo ou negativo, (...), ninguém pode negar que boa parte da renovação das interrogações e dos objetos dos

Neste sentido, a pesquisa que ora estamos desenvolvendo se inscreve nessa reaproximação. A noção de indivíduo emerge aqui como elemento importante da análise; e, por conseguinte, o problema da categoria “biografia” (ou, num sentido mais demarcador, o de “história biográfica” [LORIGA, 2003]) também ganha centralidade. Neste âmbito, ainda que não tenhamos aqui a intenção de construir a biografia de um indivíduo em sentido estrito, na medida em que nos interessamos temporalmente por um recorte específico da trajetória desse sujeito, ainda assim as reflexões sobre a noção de biografia e de convite às trajetórias individuais como elementos de compreensão histórica nos parecem fundamentais.

Uma autora que tem se dedicado à análise da relação entre história e biografia é Sabina Loriga. No seu trabalho *O pequeno x: da biografia à história* (2011), a historiadora revisita autores do século XIX que produziram trabalhos em que a dimensão individual é destaque (Thomas Carlyle, Wilhelm von Humboldt, Friederick Meinecke, Jacob Buckhardt, Wilhelm Dilthey e Leon Tolstoi), ressaltando suas contribuições e propondo uma reinterpretação da tradição biográfica, na contramão da tendência que desde o século em questão orientou a ciência histórica, e que a afastou cada vez mais da dimensão dos indivíduos em direção a recortes de maior amplitude, numa certa busca por uma “história universal”.

Muito orientada pela ideia de afirmação de seu estatuto científico a partir de recursos explicativos abrangentes, a História desde então passou a congrega categorias impessoais e de escala ampliada para explicar o mundo, segundo a autora (LORIGA, 2011). Para Loriga, cujas reflexões não invalidam a contribuição desse método mais metanarrativo, é preciso no entanto reencontrar-se com os sujeitos da História, atentar para os fluxos e trajetórias individuais, e para isso chama a atenção para estes autores, e insere as contribuições dos mesmos no debate contemporâneo sobre história e biografia, propondo um influxo das contribuições dos seus trabalhos no cenário atual da disciplina.

Loriga, assim, propõe uma experimentação, uma reconciliação criativa com a perspectiva da história biográfica, que oportunize esse reencontro com o individual como maneira de enriquecer a compreensão daquilo que convencionamos chamar de passado,

---

historiadores foi, para o bem ou para o mal, fruto dessa união que até hoje não parou de produzir efeitos” (REVEL, 1998, p. 7).

evitando assim uma história sem sujeitos, cujos riscos envolvem a possibilidade eventual de constituição de uma certa “desertificação” da mesma, nos termos da autora (LORIGA, 2011).

A ideia de história biográfica, e a redução da escala de análise que ela produz, trazem, nos marcos das contribuições da historiadora, a ideia de perceber o descontínuo, o paradoxal da vida de um indivíduo como elemento rico de análise, que auxilia na compreensão de uma dada conjuntura, de um tempo recortado em que esse sujeito interferiu e do qual também sofreu interferência. Em outras palavras, não se trata, evidentemente, de tomar o particular como geral, nem de recusar interpretações de cunho macro, mas de permitir o diálogo entre essas instâncias, ainda que nem sempre marcado por coerência e sincronia. Neste âmbito, o desafio da relação entre o singular e o plural se coloca como a tônica do trabalho do historiador que busca a ideia de história biográfica como terreno de partida (LORIGA, 2003)<sup>3</sup>.

Na intenção de pesquisa aqui apresentada, temos o objetivo de promover uma investigação historiográfica acerca da prisão de um indivíduo, de um intelectual cujo trânsito em diversos espaços importantes da vida política e intelectual baiana (imprensa, universidade, associações intelectuais, órgãos governamentais) deu-se de maneira intensa; e também das perseguições que tivera que enfrentar após a instalação do aparato repressivo em 1964, que culminaria com seu exílio. É neste aspecto que o realçamento da dimensão individual pode ser pensada como janela de compreensão para o estudo sobre o aparato ditatorial instaurado nessa sociedade, nesse período.

Percebendo a noção de história biográfica como elemento inspirador, e também atentos às respostas ofertadas pela micro-história italiana aos desafios biográficos e às interrogações e desafios sobre esse gênero no campo da História, poderemos entender a tarefa como promissora, na medida de uma perspectiva relacional, de compreensão desse sujeito histórico que pretendemos analisar em meio a uma densidade social em que está inserido. Neste sentido, convém atentarmos para as redes que este sujeito analisado aciona e/ou atualiza nas instituições e grupos onde transita e atua, das estratégias e transações efetuadas para lidar

---

<sup>3</sup> REVEL (1998) também localiza esse como um desafio importante do procedimento microanalítico, situando que permanece “em aberto o problema de saber articular de maneira rigorosa a relação entre a experiência singular e a ação coletiva” (REVEL, 1998, p. 11).

com esse meio social e que foram colocadas em prática diante deste contexto específico que recortamos<sup>4</sup>.

Poderíamos citar alguns trabalhos recentes que, ao recortar trajetórias individuais, formulam reflexões importantes relativas ao Brasil Republicano. Por exemplo, o trabalho de Alexandre Avelar sobre o general Edmundo de Macedo Soares e sua atuação como intelectual-orgânico de um modelo de modernização autoritário-conservadora no Brasil do século XX (AVELAR, 2006); ou a rica biografia de João Goulart escrita por Jorge Ferreira, em que o historiador mergulhou em valioso acervo pessoal preservado pela família do ex-presidente e também em depoimentos orais, o que lhe permitiu relativizar ou questionar julgamentos estabilizados até então sobre este emblemático personagem. (FERREIRA, 2011). Poderíamos mencionar ainda a tese de Benito Bisso Schmidt que, inspirado na perspectiva da microanálise, estudou a trajetória de dois líderes socialistas do movimento operário brasileiro na Primeira República e no pós-1930, Francisco Xavier da Costa e Custódio Carlos de Araújo “Cavaco” (SCHMIDT, 2002); ou ainda o bem recente trabalho de James Green sobre a trajetória de Herbert Daniel, militante gay de esquerda e membro de organizações clandestinas durante o regime militar, e um dos primeiros membros da resistência à ditadura a pautar a questão da sexualidade no debate sobre a esquerda do período (GREEN, 2018).

Esses trabalhos têm dado uma contribuição importante para a compreensão de aspectos da constituição dos fenômenos autoritários no Brasil, os quais poderiam escapar de abordagens macro-analíticas, na medida em que reduzem a escala de observação, indo em direção oposta a eventuais linhas generalizadoras, estruturalistas ou metanarrativas. Ao se aproximarem de fluxos individuais e questões particulares, oportunizam compreensões mais singularizadas da história política do Brasil recente, nomeando, classificando e analisando questões históricas específicas que emergem destas fontes, destes recortes, e assim realizando apontamentos historiográficos inovadores.

\*\*\*

---

<sup>4</sup> Tomamos o termo “transações” do intelectual Frederik Barth, influenciador da micro-história italiana, a partir dos comentários e análises de Carneiro: “As transações são situações nas quais os indivíduos são forçados a tomar decisões, revelando as incertezas que prevalecem em toda relação social” (CARNEIRO, 2018, p. 37).

Poderíamos enumerar para a pesquisa que ora pretendemos desenvolver alguns eixos de interesses específicos, tais como: o engajamento político de Milton Santos nos momentos anteriores ao golpe (principalmente a aproximação dele com valores e ideias progressistas nos campos da política econômica, da geografia, dos temas internacionais e dos debates políticos); as redes de solidariedade acionadas para livrar o professor do cárcere; as particularidades étnico-raciais envoltas no âmbito das violências perpetradas contra o intelectual; e as nuances do afastamento de Santos da Universidade Federal da Bahia que culminaria com sua exoneração, já sob interferência direta do regime ditatorial instalado<sup>5</sup>.

Temos entendido também o silêncio como uma categoria importante. Reconhecemos a presença desse silêncio pelo menos em três dimensões fundamentais: num silêncio auto imposto, na medida em que Milton Santos pouco versava publicamente sobre a experiência do cárcere e os dias na prisão<sup>6</sup>, do silêncio da Universidade que o tinha como professor sobre o caso de sua detenção e exílio; e o silêncio do próprio jornal em que atuava, que pouco repercutiu sobre sua prisão e suas desventuras após o golpe<sup>7</sup>. Ao percebermos os silêncios como intencionalidades, também manifestamos nossa intenção de problematizá-lo e analisá-lo empiricamente, em momento oportuno. Na medida em que convidamos essas “zonas de sombra” (POLLACK, 1989), esses silêncios (intencionais) sobre sua trajetória de perseguido político, convidamos também o paradoxal, o lacunar, a atuarem como elementos de compreensão da realidade.

Tais contradições, descaminhos, silêncios, também se revelam nos testemunhos de terceiros sobre as razões que teriam levado Milton Santos à condição de preso político. De um declarado desconhecimento sobre os reais motivos (CALMON, 2005, p. 31), passando pela dimensão do racismo como motivação definidora (DUARTE, 1996, p. 74-75; CASTRO, 2011, p. 321-323), chegando até a atribuição de sua viagem jornalística a Cuba em 1960 como definidora da deflagração das perseguições (PINHEIRO, 1996, p. 179), as interpretações com

---

<sup>5</sup> Em 1994, nove anos após o fim da ditadura, Milton Santos seria reintegrado à UFBA por meio de um processo iniciado pelo Departamento de Geografia e aprovado por uma Comissão formada pela Universidade. Na ocasião, o reitor era Luis Felipe Serpa. (Portaria no 2429/94 - UFBA)

<sup>6</sup> Remeto aqui, empiricamente, ao contato já travado com entrevistas dadas pelo geógrafo na imprensa, memoriais produzidos e colecionados em seu arquivo pessoal, e outras produções do intelectual, além de informações transmitidas pela prof<sup>a</sup> Maria Auxiliadora no curso do desenvolvimento da pesquisa de mestrado.

<sup>7</sup> Em representativa carta datada de 1º de maio de 1967, do exílio, Milton Santos declara a Jorge Calmon, editor-chefe do *A Tarde* quando sua prisão foi efetuada, sua decepção com o fato d'*A Tarde* ter silenciado sobre a devassa praticada contra ele. A carta é reproduzida na íntegra por CONCEIÇÃO (2016).

as quais travamos contato até aqui são bastante diversas. E o que temos entendido, neste sentido, é que o exclusivismo de motivo não é caminho assertivo para se perceber as nuances do processo de perseguições travadas contra Santos a partir do golpe. É preciso, assim, interseccionalizá-los.

Faz-se necessário, deste modo, compreender esta capilaridade de interpretações como oportunidade de se avaliar aspectos desta sociedade baiana que se ajustava à instalação do aparelho repressivo golpista através de seus primeiros atos institucionais, comissões de averiguação, inquéritos. É preciso dar conta de considerar todas estas representações, desde as que especulam sobre os motivos para a prisão, passando pelas que dimensionam a permanência de Santos no cárcere, até as que refletem sobre o exílio, como narrativas historicamente fundadas e procedentes, alicerçadas em vivências particulares, ou observações destas testemunhas em relação às desventuras do intelectual baiano. É percebê-las, então, como caminhos de compreensão (por vezes, divergentes entre si) desta estrutura repressiva em consolidação, que viu em Santos uma ameaça, pondo-o no cárcere e o obrigando posteriormente à opção do exílio.

Neste sentido, é preciso pensar as contradições, descontinuidades e lacunas deixadas pelas fontes como indícios das lutas travadas, das disputas manifestadas, das maneiras de ler o mundo e também de dá-lo a ler, através das representações (CHARTIER, 1990). Atentar para os silêncios que revelam interesses, para as versões que se filiam a estratégias e, mais ainda, dispor-se a confrontar estas diversas representações. Desta forma, manifestamos nosso interesse pelo descontínuo, sendo que tomamos assim as memórias produzidas também como elemento condutor das investigações.

A documentação sobre o afastamento de Milton Santos da Universidade, reunida pela Comissão da Verdade da UFBA (que aliás recebeu o nome do geógrafo) nos traz algumas notícias, apesar de se marcar por certa descontinuidade. Segundo o relatório elaborado pela Comissão, encarregada de analisar os casos de violação de direitos humanos no âmbito da instituição, constam as informações nos arquivos da Universidade, dadas pela VI Região Militar, sobre sua detenção no período de 09 de abril a 23 de junho de 1964. A documentação também informa sobre um pedido de licença médica feita pelo professor, para o período de 03 de agosto a 01 de outubro, e de sua prorrogação até 25 de fevereiro de 1965.

Em novembro de 1964, portanto antes do vencimento da licença médica, Milton Santos solicita à Universidade afastamento do país para lecionar. Segundo o relatório, o deferimento foi dado a partir de 15 de dezembro. Da França, o professor teria pedido algumas prorrogações, as quais foram deferidas. No entanto, em 1969, um novo e último pleito de prorrogação é feito e, desta vez, indeferido. Santos, em consequência, segundo o relatório, solicita exoneração<sup>8</sup>.

A análise dos dados obtidos pelo trabalho da Comissão da Verdade nos permite inferir *a priori* que Santos buscou utilizar-se de prerrogativas legais ainda vigentes à burocracia universitária para garantir sua permanência naquele quadro, na condição de afastamento ou licença para atuar no exterior, diante do ambiente repressivo que se instalara no âmbito da Universidade e no Estado, após o golpe<sup>9</sup>. E, até certo ponto, obteve. No entanto, no momento em que a Universidade demarca uma negação ao seu pedido, o professor, sentindo-se impedido de regressar ao país por conta das perseguições deflagradas, das ameaças mantidas, após a difícil experiência do cárcere, exonera-se. A documentação da Comissão no entanto, manifesta um descaminho quando trata da resposta dada pelo reitor Roberto Santos ao Delegado Regional da Polícia Federal. Nela, o reitor informou que:

foram desligados desta Universidade os professores Maria Piva, Marcelo Ferreira Duarte Guimarães, Milton de Almeida Santos e Paulo Fernandes de Moraes Farias, sendo que os dois últimos, em virtude de se encontrarem afastados do país irregularmente, foram demitidos desta Universidade na forma da legislação específica.<sup>10</sup>

Interessante observar que a informação que seguiu para os órgãos repressivos foi a da demissão do professor por conta da irregularidade do afastamento, o que, segundo o relatório

---

<sup>8</sup> COMISSÃO MILTON SANTOS DE MEMÓRIA E VERDADE (UFBA). *Golpe civil-militar de 1964 na UFBA: rompendo o silêncio do Estado e reduzindo o espaço de negação*. Salvador, 18 de ago. 2014, p. 113-114.

<sup>9</sup> Entre os fatos marcantes dos primeiros passos pós-golpe no âmbito da UFBA, podemos citar a dissolução de uma assembleia estudantil na Faculdade de Medicina no dia 1º de abril, seguida do saqueamento da biblioteca do DA e a queima parcial de documentos. No dia seguinte, foi na faculdade de Odontologia que a repressão atuou. Ali se esboçava um movimento de resistência. A residência universitária também foi invadida e vários estudantes encarcerados. Ver FERREIRA (2004). No início de maio, atendendo a uma circular do Ministério da Educação, a UFBA instituiu uma comissão formada pelos professores José Silveira, Mário Barros e Thales de Azevedo para apurar possíveis casos de subversão no âmbito da Universidade. ATO INSTITUCIONAL vai ser aplicado na universidade. *A Tarde*, 2 mai. 1964.

<sup>10</sup> Correspondência sigilosa do Gabinete do Reitor, doc. RP4107/08 *apud* COMISSÃO MILTON SANTOS DE MEMÓRIA E VERDADE (UFBA). *op. cit.*, p. 114.



da Comissão, contradiz a documentação reunida em relação ao caso, como vimos, já que o próprio professor teria a solicitado. Neste sentido, faz-se necessária uma avaliação confrontativa entre as fontes para percebermos as nuances deste processo, as lacunas observadas, os silêncios ou desvios institucionais no tratamento dado ao caso, considerando naquele ponto a interferência já constante dos órgãos de vigilância operacionalizados pela ditadura, instalada a partir de abril de 1964. Neste sentido, no âmbito dessas relações precipitadas nesse tecido social, certas “zonas de sombra” (POLLACK, 1989), incertezas, paradoxos também se manifestam como elementos passíveis de análise.

Compreendemos que as fontes sobre as quais temos nos debruçado (**periódicos do período** [*A Tarde, Jornal da Bahia, Diário de Notícias, Correio da Manhã, Novos Rumos, Diário Carioca*] ; **arquivo pessoal de Milton Santos** [disponível no acervo Instituto de Estudos Brasileiros- USP]; **arquivos da repressão** digitalizados pelo fundo Brasil Nunca Mais [disponíveis no sítio <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>], **arquivos relativos à UFBA**); as quais estamos colecionando e analisando, darão densidade a nossa investigação e nos permitirão avançar no sentido de uma compreensão mais aguçada de alguns destes efeitos sociais na Bahia do golpe de 1964. Perceber como sua imprensa o recebe, como seus intelectuais resistem ou se ajustam, como suas instituições operam dentro dos novos marcos de uma estrutura definida por um projeto conservador-militar, tendo como mote este fragmento que aqui tomamos como nosso objeto, são algumas dessas possibilidades advindas do recorte ora proposto, aqui apresentado ainda numa etapa inicial de desenvolvimento.

Assim, compreendendo as experiências vivenciadas por Santos ao longo do período, pretendemos reduzir a escala de observação às particularidades deste devir histórico, aos antecedentes que marcariam os caminhos tomados por este intelectual negro, progressista, influente e promissor, numa Bahia que operava na lógica de um certo conservantismo-moderno, tal como refletiu Dantas Neto, às vésperas do golpe (DANTAS NETO, 2004). Para isso, nos interessa enveredar pelas especificidades das relações compulsórias que Santos tivera que travar com o aparelho repressivo montado após o golpe civil-militar de 1964.

Como toda operação historiográfica, o expediente que aqui propomos se reconhece como uma interpretação, submetida a uma rede de significações que lhe é anterior e que se conforma à subjetividade deste autor. Neste sentido, o que buscamos está enraizado numa particularidade, inerente à condição do historiador, cujo resultado porém inevitavelmente

também se conformará a um “lugar social”, onde o conjunto de operações estará posto em prova ao longo da caminhada. Assim, temos convicção que o que aqui ofereceremos é uma reconstituição de uma trama historiográfica, uma versão, a partir de uma narrativa marcada pela subjetividade, porém assentada evidentemente num escopo documental que irá oferecer uma interpretação própria e original das vivências de Milton Santos no período de perseguições que se seguiu de sua detenção ao seu exílio.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AVELAR, Alexandre S. *A modernização brasileira no pensamento do general Edmundo de Macedo Soares (1937-1987)*. Tese (Doutorado em História). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2006.

CALMON, Jorge. “O jornalista Milton Santos”. In: SOUZA, Maria A. Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão, um cidadão do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 62-64.

\_\_\_\_\_. “Milton Santos: um depoimento”. In: SILVA, Maria Auxiladora e TOLEDO JÚNIOR, Rubens de (org.). *Encontro com o pensamento de Milton Santos*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2005. p. 31.

CARDOSO, Lucileide. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas: UFRB, 2012.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. “Os usos da biografia pela micro-história italiana: interdependência, biografias coletivas e network analysis”. In: AVELAR, Alexandre S. e SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

CASTRO, Auto de. “Rua Chile, o quartel de Narandiba, e muitos amigos”. In: SILVA, Maria Auxiliadora da. *10 anos sem Milton Santos*. Salvador: Alba, 2011. p. 321-323.

CASTRO GOMES, Ângela de. “Questão social e historiografia no Brasil pós-1980: notas para um debate”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, no 34, jul-dez 2004, p. 157-186.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil, 1990.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

COMISSÃO MILTON SANTOS DE MEMÓRIA E VERDADE (UFBA). *Golpe civil-militar de 1964 na UFBA: rompendo o silêncio do Estado e reduzindo o espaço de negação*. Salvador, 18 de ago. 2014.

CONCEIÇÃO, Fernando. *Milton Santos: uma biografia*. Edição do Autor, 2016.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Quebra da casca do ovo: a elite baiana e a obra do golpe de 1964*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004.

DUARTE, Vital. “Velhos amigos, amizade renovada” (depoimento). In: SOUZA, Maria A. Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão, um cidadão do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 74-75.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: Uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Muniz. O golpe de Estado de 1964 na Bahia. In: *Clio* (Revista de pesquisa histórica - Universidade Federal de Pernambuco), n. 22, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24814>>. Acesso em 31/07/2019.

GREEN, James N. *Revolucionário e gay: a extraordinária vida de Herbert Daniel - pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 225-249.

\_\_\_\_\_. “A história biográfica”. Entrevista a Benito Bisso Schmidt. In: *MÉTIS: história & cultura*. v. 2. n. 3, jan/jun 2003, p. 11-22.

\_\_\_\_\_. “Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema”. Entrevista a Adriana Barreto de Souza e Fábio Henrique Lopes In: *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 5, n. 9, p. 26-37, jul. 2012. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/473/298>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MOREIRA, Bruno. “‘Visita a uma revolução’: uma análise dos escritos Milton Santos sobre a Revolução Cubana (1960)”. In: *Revista de História (UFBA)*, v. 2, n. 1, 2010. p. 100-120.

PEDRÃO, Fernando. “Uma injustiça atinada”. In: SOUZA, Maria A. Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão, um cidadão do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 58-60.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

PINHEIRO, Délio J. F. “Milton Santos e a Bahia de belas gravatas e verdades encobertas”. In: SOUZA, Maria A. Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão, um cidadão do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 179- 183.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

\_\_\_\_\_. “A biografia como problema historiográfico”. In: *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Editora UFPR, 2010, p. 235-48.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SCHMIDT, Benito Bisso. *O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas - Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. Tese (Doutorado em História). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

SOUZA, Maria A. Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão, um cidadão do mundo*. São